

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CRISE E EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS DO AGRÁRIO PAULISTA NA VIRADA DO SÉCULO XVIII PARA O SÉCULO XIX

Anderson Pereira dos Santos
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP
anderson.pereira.santos@usp.br

Introdução

Nesta pesquisa, buscamos compreender a formação e as principais características da economia paulista em fins do século XVIII e princípios do XIX. Para tanto, retomamos o sentido da colonização, teorizado por Caio Prado Jr., e a discussão sobre a crise do antigo sistema colonial, realizada por Fernando Novais, para compreendermos a expansão do agrário paulista ao longo desse período. A partir da segunda metade do século XVIII, o Reino português, imerso numa forte crise das matérias-primas de exportação e enfrentando dificuldades na preservação de sua colônia frente ao avanço espanhol, se veria também sujeitado nas relações de troca com a Inglaterra e pressionado no sentido da supressão do antigo pacto colonial. Para Fernando Novais, esse conjunto de problemas econômicos, sociais e políticos enfrentados pela monarquia portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII seria manifestação direta da crise do antigo sistema colonial, a qual punha em questão os mecanismos de funcionamento do pacto colonial. Não obstante, observamos através da pesquisa que Portugal buscava a saída para a crise econômica no reforçamento e preservação do pacto colonial, isto é, incentivando a criação de novas fontes de produção e exploração de riquezas na colônia, de modo a gerar maior quantidade de excedente apropriável. Nesse contexto da crise, a política mercantilista portuguesa passaria então a se interessar pela capitania de São Paulo, interferindo diretamente em sua economia por intermédio da designação de seus capitães-generais. Com efeito, verificamos que a partir da segunda metade do século XVIII, as medidas adotadas pela administração portuguesa, tais como leis e alvarás que buscavam estimular a diversificação da produção agrícola, a modernização das técnicas e a adoção de novos instrumentos de plantio, a ampliação do comércio marítimo, o melhoramento e abertura de estradas e caminhos nas capitanias, a fundação de vilas e fortificações, entre outras ações, procuravam incentivar a expansão da agricultura de exportação na capitania de São

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Paulo, visando superar a crise econômica que envolvia o reino e, simultaneamente, estabelecer maior controle sobre as porções de terras da América do Sul. Por fim, buscamos compreender as principais características da economia paulista na primeira metade do século XIX. Assim, a pesquisa caracteriza-se como um estudo teórico e exploratório, fundamentado na revisão sistemática da literatura sobre a formação histórica do espaço agrário paulista.

Do sentido da colonização em terras paulistas

Ao longo dos séculos de colonização, a exploração do trabalho escravo nas regiões agroexportadoras e nas regiões de mineração fundamentaria a reprodução da economia periférica colonial. Isso significa que o *sentido da colonização* (PRADO JR., 2000) estava na produção de mais-valor ou trabalho excedente através da exploração produtiva do trabalho escravo, de negros e indígenas, em atividades agrícolas ou mineradoras. De forma geral, a economia colonial organiza-se segundo as seguintes características: produção de gêneros agrícolas e metais preciosos destinados ao comércio com a metrópole; predomínio das relações de trabalho escravistas; organização monocultural em grande escala e à base de elevado investimento na produção; apropriação privada da terra na forma de latifúndios (sesmarias); criação de mercados para a colocação dos produtos metropolitanos e europeus (PRADO JR., 2000; MELLO, 2009). Não obstante, como observa Moreira (2011), era a natureza cativa da força de trabalho o ponto nevrálgico do sistema. Era o sobretrabalho escravo “[...] a razão mesma do empreendimento plantacionista, o todo do sistema colonial girando em torno da produção-expropriação-circulação do seu excedente” (MOREIRA, 2011, p. 47).

Como apontou Fernando Novais (2006), as matérias-primas e metais preciosos produzidos no território colonial mediante a exploração das relações de trabalho escravistas eram comercializadas com a metrópole através do mecanismo do *exclusivo metropolitano*¹. Nesse contexto, o monopólio do comércio colonial produzia a transferência do sobretrabalho gerado na Colônia à burguesia comercial metropolitana

¹ Conforme Novais (2006, p. 88-89), o exclusivo metropolitano do comércio colonial consistia “[...] na reserva do mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial metropolitana. Este o mecanismo fundamental, gerador de lucros excedentes, lucros coloniais; através dele, a economia central metropolitana incorporava o sobreproduto das economias coloniais anclares”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(NOVAIS, 2006). Por um lado, as relações de troca entre colônia e metrópole produziam o escoamento “para fora” do mais-trabalho produzido na colônia; por outro, permitiam a acumulação deste mais-valor nas economias centrais, particularmente na Inglaterra, movimento constituinte da assim chamada “acumulação primitiva mundial do capital” (MARX, 2013).

Sobre a produção, circulação e comercialização das matérias-primas coloniais incidiam os impostos e taxas que sustentavam tanto a reprodução da Coroa portuguesa quanto o aparelho administrativo colonial (FAORO, 2000). As rendas criadas por Portugal na reexportação das matérias-primas obtidas em suas colônias eram consumidas em importações, principalmente da Inglaterra, permitindo a cobertura de seu déficit comercial. Por sua vez, eram as atividades agroexportadoras que permitiam a reprodução dos colonos aqui estabelecidos. Ao mesmo tempo, a expansão das explorações agrícolas e mineradoras na colônia concorriam para a realização do trabalho cativo produzido em terras africanas e garantia, conseqüentemente, os lucros das empresas ligadas ao tráfico de escravos (ALENCASTRO, 2000). Assim, podemos dizer que, ao longo do período colonial, tanto metrópole quanto colônia dependiam da expansão da fronteira agrícola e da exploração de áreas mineradoras para a acumulação de capitais. A crise das matérias-primas de exportação enredaria metrópole e colônia em forte crise econômica.

Deste modo, podemos dizer que a formação do espaço agrário no período colonial possuía um sentido que lhe era externo, isto é, resultou da exploração dos “[...] recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” (PRADO JR, 2000, p. 20). O *sentido* posto na colonização do espaço residia, portanto, na externalização de gêneros tropicais e metais nobres; na produção de mercadorias de acordo com os interesses metropolitanos (PRADO JR, 2000). Isto posto, ainda que a ocupação do espaço colonial permitisse a produção de uma enorme massa de mais-valor através da subsunção do trabalho de negros e índios ao capital, mediante violência, essa massa de mais-trabalho originária da exploração das relações de trabalho escravistas não se acumulava internamente à colônia, pois era expropriada nas relações de troca com a metrópole portuguesa através do mecanismo do *exclusivo metropolitano* (NOVAIS, 2006). Nesse contexto, a produção ou formação do espaço agrário ao longo do período colonial buscava realizar o que Novais (2006) denominou de *sentido mais profundo da*

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

colonização, ou seja, cumpria o sentido de produzir mercadorias tropicais de acordo com os interesses metropolitanos, formando uma massa de mais-valor, através da exploração da mão-de-obra indígena, negra e branca, cativa e livre, que não se acumulava internamente à colônia, mas sim no exterior, promovendo a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia europeia.

Da Crise do Sistema Colonial ao “renascimento agrícola paulista”

A partir de meados do século XVIII, o esgotamento das minas de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, e as dificuldades nas exportações do açúcar do Nordeste e os gastos militares com a proteção das fronteiras coloniais, entre outros fatores, enredaram a metrópole portuguesa e sua principal colônia (o Brasil) em uma forte crise econômica (NOVAIS, 2006). A queda dos preços do açúcar, além de reduzir os lucros dos agricultores, embarcadores e comerciantes envolvidos com a produção e comércio do produto (ALDEN, 1997), ao coincidir com o esgotamento das minas, impactou fortemente a arrecadação da administração colonial. Naquele momento, o colonialismo espanhol também aparecia como uma ameaça ao empreendimento colonial português. A partir de meados do século XVIII, acirraram-se as disputas entre os dois reinos por áreas da América do Sul, levando o governo português a adotar medidas de proteção das fronteiras meridionais da colônia, entre elas, o povoamento de terras mais suscetíveis à invasões e a fundação de fortes, de forma que, coadunada à expansão agrícola, a ocupação do território colonial se tornou uma meta (MARCÍLIO, 2000).

Com a industrialização britânica, a partir de meados do século XVIII, o comércio mundial adquiriu novos sentidos, de modo que o monopólio, na figura do exclusivo metropolitano, e a limitação dos mercados coloniais passaram a representar barreiras à livre circulação das massas de mercadorias britânicas que passaram a ser produzidas (NOVAIS, 2006). O revolucionamento que o capitalismo industrial impôs ao comércio mundial trouxe transformações profundas para as relações metrópoles-colônias. O sistema colonial, baseado no comércio de monopólio, “[...] ao funcionar plenamente, [foi] criando ao mesmo tempo as condições de sua crise e superação” (NOVAIS, 2006, p. 114).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Deste modo, os níveis de produtividade alcançados pela revolução industrial passaram a exigir, no mundo todo, mais espaços de consumo e facilidades maiores para a obtenção de matérias-primas, tornando imprescindível a generalização das relações de trabalho capitalistas e colocando em xeque o monopólio dos mercados coloniais.

A partir da segunda metade do século XVIII, o Reino português, imerso numa forte crise das matérias-primas de exportação (NOVAIS, 2006) e enfrentando dificuldades na preservação de sua colônia frente ao avanço espanhol, se veria também sujeitado nas relações de troca com a Inglaterra e pressionado no sentido da supressão do antigo pacto colonial. Para Novais (2006), o conjunto de problemas econômicos, sociais e políticos enfrentados pela monarquia portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII seriam manifestações da *crise do antigo sistema colonial*, marcada pelo acirramento da competição entre as grandes potências capitalistas e que, ademais, punha em questão os mecanismos de funcionamento do pacto colonial, assente no *exclusivo metropolitano*. Não obstante, Portugal buscava a saída para a crise econômica no reforçamento e preservação do pacto colonial, isto é, incentivando a criação de novas fontes de produção e exploração de riquezas na colônia, de modo a gerar maior quantidade de excedente apropriável (NOVAIS, 2006). Assim, no contexto de crise do antigo sistema colonial, na medida em que a metrópole portuguesa necessitava das exportações de matérias-primas coloniais para a manutenção de seus níveis econômicos, seria necessário, portanto, criar na colônia novas fontes de produção de riqueza e reanimar a agricultura, conservando, contudo, o mecanismo de expropriação da mais-valia ali produzida (NOVAIS, 2006).

A partir da segunda metade do século XVIII, as medidas adotadas pela administração portuguesa, tais como leis e alvarás que buscavam estimular a diversificação da produção agrícola, a modernização das técnicas e a adoção de novos instrumentos de plantio, a ampliação do comércio marítimo, o melhoramento e abertura de estradas e caminhos nas capitânicas, a fundação de vilas e fortificações, entre outras ações (NOVAIS, 2006; PETRONE, 1968; MARCÍLIO, 2000), procuravam incentivar a expansão da agricultura de exportação na colônia, visando superar a crise econômica que envolvia o reino e, simultaneamente, visavam estabelecer maior controle sobre as porções de terras da América do Sul. Essas medidas, tomadas no contexto da crise do antigo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sistema colonial, expressam objetivamente a forma de pensamento dominante no período, o pensamento fisiocrático ilustrado, para o qual a agricultura era fonte primordial de riqueza (NOVAIS, 2006; MARX, 2013).

As políticas modernizadoras da metrópole e o “renascimento agrícola paulista”

De acordo com Caio Prado Jr. (2000) e Sérgio Buarque de Holanda (2014), até o início do século XVIII a economia vicentina baseava-se no apresamento e escravização de indígenas e no comércio interno de índios cativos com outras regiões da colônia. Subordinando o indígena ao trabalho, a Capitania – chamada São Vicente até 1709, posteriormente, denominada São Paulo – produzia também produtos agrícolas de consumo, como milho, arroz, feijão e mandioca. Como salientam Alfredo (2004) e Monteiro (1994), o amansamento ou destribalização das terras através do assassinato ou do apresamento indígena, através do seu extermínio ou da destituição de sua força laboral, foi momento necessário da constituição da categoria força-de-trabalho e da propriedade privada da terra na colônia e pressuposto indispensável para a realização do intento colonizatório². Deste modo, nos primeiros séculos de colonização, a expropriação das terras pertencentes aos nativos abriu espaço para a instalação da agricultura e da pecuária em seus antigos territórios, ao mesmo tempo em que permitiu a reunião desta mão-de-obra em aldeamentos (PETRONE, 1995; MONTEIRO, 1994). No contexto de escassez de capitais para importar escravos africanos, a força-de-trabalho indígena se tornaria indispensável para a produção tanto de mercadorias como do próprio espaço mercantil, mas, sobretudo, indispensável para realizar, através do mais-valor produzido nos cultivos da Capitania de São Vicente, os lucros da grande empresa colonial portuguesa, além de sustentar os impostos da administração metropolitana e a compra de mercadorias pelos colonos (tecidos, sal, pólvora, especiarias etc.). Em suma, ao longo dos primeiros séculos de colonização, sobre o braço do indígena incidia toda a reprodução da estrutura econômica vicentina.

² Os ataques aos povos indígenas, principalmente protagonizados pelos bandeirantes, ocorreram ao longo dos séculos da colonização. Contudo, também houve resistência dos indígenas em defesa da manutenção de seus territórios e de seus modos de vida. Aos ataques de preação os índios respondiam com incursões às fazendas e engenhos dos colonos localizadas próximas aos sertões. A esse respeito, ver Monteiro (1994).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A partir do surto da mineração em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, no século XVIII, e com a dizimação dos povos indígenas e as dificuldades para seu apresamento, a Capitania de São Paulo tornou-se centro abastecedor das regiões auríferas. A partir de São Paulo, seguiam tropas em direção às minas levando animais de transporte, mercadorias (como o sal, água-ardente, charque, farinha, toucinho, tecidos, calçados, utensílios, louças, armas, etc.) e escravos; ao voltarem daqueles sertões em direção aos portos do Rio de Janeiro ou Santos, traziam metais preciosos e mercadorias para exportação (algodão, couro, açúcar etc.) (PRADO JR, 2000; ZEMELLA, 1990). Neste período, no entorno da capital, São Paulo, e no Vale do Ribeira, em cidades como Jundiá e Guaratinguetá, surgiram alguns sítios e fazendas dedicados à produção de gêneros para o consumo das minas (CANABRAVA, 2005). Mais ao Sul, próximo à Sorocaba, importante centro de comércio de vacuns, muares e cavалares da Capitania, desenvolveram-se as invernadas – campos para engorda dos animais que, provenientes do sul da Colônia, seguiam em direção às Gerais e ao Mato Grosso – e fazendas de criação de animais (CANABRAVA, 2005; STRAFORINI, 2001), ambos para suprimento das necessidades locais, mas sobretudo para abastecimento das regiões auríferas. Em relação aos caminhos terrestres e fluviais utilizados para atingir as regiões mineradoras, podemos destacar, por terra, a abertura da chamada Estrada do Anhanguera e o Caminho Geral do Sertão, e a via fluvial das Monções, pelo rio Tietê (CANABRAVA, 2005; HOLANDA, 2014; ZEMELLA, 1990).

Segundo Raul de Andrada e Silva (1955), se por um lado a febre do ouro permitiu um relativo desenvolvimento agrícola em algumas regiões da Capitania, em função do mercado consumidor que proporcionava, por outro, a febril busca pelas riquezas minerais provocou intenso fluxo emigratório em São Paulo, levando muitos colonos a abandonarem seus roçados. Ao mesmo tempo, as dificuldades de apresamento de novos indígenas, a redução do número de aldeados em função de mortes e fugas e as dificuldades para a compra de escravos africanos em função da alta dos preços provocada pela corrida do ouro levariam os colonos paulistas a enfrentar uma profunda crise econômica-social, que tendeu a se agravar em meados do século XVIII. Nesse contexto, a Capitania passaria por um período de queda brusca de seus níveis riqueza (CANABRAVA, 2005) e de alta generalizada dos preços agrícolas pela escassez crescente de gêneros, não apenas em

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

função do abandono de roçados e da carestia do trabalho, mas também por que essas mercadorias eram desviadas da Capitania “[...] para o abastecimento dos centros mineradores nascentes” (SILVA, 1955, p. 75).

No contexto da crise do sistema colonial, o restabelecimento da autonomia paulista, em 1765, e as políticas econômicas implementadas pelos governos dos capitães-generais, buscariam incentivar a agricultura de exportação e a ocupação produtiva do solo em São Paulo, e expressam a orientação modernizante do mercantilismo ilustrado português que, como vimos, tomou vulto na segunda metade do século XVIII. Os governos de Morgado de Mateus (1765-1775), Bernardo José de Lorena (1788-1797), Melo e Castro de Mendonça (1797-1802) e António José da Franca e Horta (1802-1811) foram orientados no sentido de incentivar a expansão agrícola na Capitania (PETRONE, 1968). Segundo Maria Luíza Marcílio, a partir da segunda metade do século XVIII, “[...] a política colonial em São Paulo procurou, por todos os meios, incrementar a população e a produção de gêneros de consumo e de exportação e estimular o comércio” (MARCÍLIO, 2000, p. 179).

Marcílio (2000), ao analisar a expansão do povoamento em São Paulo de fins do século XVIII a princípios do XIX, indica que, neste período, o aumento do número de vilas na Capitania teria ocorrido em função das ações do Estado ilustrado lusitano que, em crise em função da decadência da mineração e, ao mesmo tempo, sofrendo a concorrência do colonialismo espanhol na apropriação das terras da América do Sul, buscou ocupar e desenvolver regiões consideradas, naquele momento, como marginais à economia colonial. Para a autora, junto ao “povoamento descontínuo e espontâneo” dos primeiros séculos de colonização, estabeleceu-se em São Paulo, a partir de meados do século XVIII, uma política ilustrada de “povoamento dirigido”, que visava a ocupação das regiões tidas como mais vulneráveis: o litoral e o sertão. De fato, no período entre 1750 e 1800, foram elevadas à condição de vila 14 freguesias paulistas, destacando-se aquelas localizadas nos sertões, entre as quais Itapetininga, Itapeva da Faxina, Porto Feliz, Campinas e Mogi-Mirim; já na primeira metade do século XIX, foram elevadas à condição de vila 26 freguesias, principalmente nas regiões do Oeste Paulista e Vale do Paraíba (MARCÍLIO, 2000), onde se expandiam, respectivamente, a lavoura agroexportadora açucareira e a lavoura cafeeira (ainda tímida), mas também nas regiões

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de sertão, particularmente no de Araraquara e do Rio Pardo, os quais já vinham passando por processos de ocupação através da doação de sesmarias, da abertura de caminhos e da expansão pecuária. De forma complementar, segundo Nelson Nozoe (2008), ao longo do período entre 1760 e 1822, respondendo às demandas da política metropolitana de incentivo à expansão da ocupação produtiva do solo da Capitania, foram doadas cerca de 800 sesmarias em São Paulo, principalmente em municípios sertanejos. No período, as vilas de Araraquara, Itapetininga, Itapeva da Faxina, Mogi-Mirim, Paraná e Piracicaba, localizadas nos sertões, aparecem como os principais locais onde foram doadas sesmarias.

Maria Thereza Schorer Petrone (1968), em seu estudo sobre a expansão da lavoura canavieira em São Paulo, salientou o fato de que os governantes paulistas, ao longo do período que vai de 1765 a 1810, buscaram impulsionar o cultivo do açúcar na Capitania nas áreas de “serra acima” através da modernização da infraestrutura de circulação. Para Petrone (1968), a administração colonial foi protagonista na ampliação do espaço mercantil em São Paulo em fins do século XVIII, ao combinar políticas de incentivo à ocupação das terras e à expansão agrícola, através da criação de municípios e da doação de sesmarias, com políticas de modernização da infraestrutura de circulação, como a abertura, alargamento e melhoramento de estradas e a criação de áreas de pastos para animais e de pousos para descanso viajantes e tropeiros. Ademais, segundo a autora, a Coroa portuguesa implementou políticas de incentivo à exportação, com a emissão de alvarás e decretos que buscavam “[...] aumentar o número de navios que procurassem os portos paulistas, especialmente o de Santos, para carregar açúcar” (PETRONE, 1968, p. 141). Ainda segundo Petrone (1968), as melhorias na infraestrutura baixaram o custo de transporte para a exportação do açúcar das regiões de “serra acima” e garantiram o uso generalizado das mulas como principal meio de transporte. Como resultado destas políticas, a produção comercial do açúcar teria se desenvolvido no chamado Quadrilátero Açucareiro Paulista³ a partir do último quarto do século XVIII (PETRONE, 1968).

Como vemos, Marcílio (2000) e Petrone (1968), ao abordarem as transformações econômicas em São Paulo no período de “renascimento agrícola paulista”, entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, indicam o papel

³ De acordo com Petrone (1968), a região denominada de “Quadrilátero do açúcar” era composta pelas vilas do chamado Oeste Paulista de então: Itu, Jundiaí, Porto Feliz, Campinas, Piracicaba, Mogi-Mirim e suas adjacências.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

fundamental que tiveram os projetos e as políticas metropolitanas para a modernização da infraestrutura da Capitania e para o incentivo à ocupação do território. As autoras compartilham a perspectiva segundo a qual o Estado ilustrado português, através da administração colonial dos capitães-generais governadores, teria sido o principal sujeito na produção do espaço agrário paulista ao longo do período entre 1765 e 1822, atuando de modo a fomentar a ocupação do território e a expansão das atividades agrícolas de exportação⁴. De modo semelhante, Ruy Moreira (2011) apontou o *Estado colonial* português como a estrutura de suporte do conjunto do todo colonial, isto é, a instância política que legitimou e organizou a colônia. Era a partir do Estado que emanavam:

[...] a política sesmarial, a política indigenista e a política territorial em seus entrelaces com o arranjo econômico-demográfico. [...] A ocupação econômico-demográfica é parte restrita desse todo territorial jurídico-político e dessa forma a ele obedece e nele se enquadra em sua trama de relações de arranjo englobante (MOREIRA, 2011, p. 72).

Com efeito, a criação de vilas e cidades, a doação de sesmarias, a abertura de caminhos, entre outras medidas instituídas pelo Estado colonial português, visavam, acima de tudo, incentivar a ocupação produtiva dos espaços da Capitania que até fins do século XVIII estavam à margem das regiões econômicas voltadas para a produção e exportação de matérias-primas para o reino, abrindo-os para a reprodução das relações capitalistas de produção, permitindo a mobilização da renda da terra através da exploração produtiva do trabalho escravo. Tais medidas levariam, portanto, a “[...] um processo de modernização nos sertões de São Paulo realizado de acordo com as novas determinações da política econômica ilustrada da metrópole, objetivando a ampliação das áreas de exploração agrícola de exportação na capitania” (SANTOS, no prelo).

É necessário considerarmos, ademais, que a expansão deste espaço econômico na Capitania de São Paulo, viabilizada pela administração colonial, se insere no contexto da crise do antigo sistema colonial, como indicamos anteriormente, ou seja, corresponde à um momento em que se buscava uma transformação interna à colônia que possibilitasse a ampliação da produção agrícola de exportação, visando solucionar a crise econômica que passou a envolver todo o Reino a partir da liquidação das minas auríferas e da crise

⁴ Não obstante, seria importante também destacarmos a atuação das classes dominantes na capitania, como autoridades administrativas, comerciantes e proprietários de terras e escravos, que, utilizando-se do Estado e de sua estrutura, efetivavam a ocupação do espaço. Deste modo, como salientamos em outro trabalho, as ações dos grupos dominantes – que não estiveram isentas de fricções e conflitos, até mesmo no interior da classe dominante – também se inscrevem na produção do espaço (SANTOS, 2010).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

do açúcar. Assim, tal produtividade maior do campo paulista deveria permitir equilibrar as contas da economia metropolitana, a qual enfrentava dificuldades frente às trocas com o capitalismo inglês. Em certo sentido, portanto, a expansão do agrário paulista entre as décadas finais do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX parece responder à expansão da produtividade mundial do trabalho posto pela indústria inglesa.

Dialogando com Caio Prado Jr (2000), podemos concluir que a *produção do espaço agrário* na Capitania de São Paulo, no período entre fins do século XVIII e início do XIX, buscava cumprir o *sentido da colonização*, ou seja, ampliar a produção de gêneros tropicais para a metrópole. Devemos considerar ainda que essa expansão agrícola estava baseada em formas de exploração do trabalho, como a escravização negra e indígena, e nas relações de trabalho livres de agregados, peões, tropeiros e posseiros, que permitiam a extração de um mais-valor que, no entanto, não se acumularia internamente à colônia. Assim, alicerçada em relações de produção escravistas, na sujeição ao trabalho pela violência, a expansão da fronteira agrícola na Capitania de São Paulo em fins do século XVIII e princípios do século XIX, permitiria a produção de um mais-valor que não se acumularia internamente à colônia, encontrando seu sentido na realização da acumulação primitiva mundial capitalista (NOVAIS, 2006)⁵. Trata-se, portanto, de um processo expansivo complexo, cujo sentido primordial era sustentar a extração dos lucros metropolitanos tanto através da produção de gêneros. Essa expansão comportava ainda a reprodução do tripé constitutivo da formação colonial: a grande exploração territorial, a monocultura de exportação e a violência do cativo (PRADO JR., 2000).

Um mapa para a economia paulista em fins do século XVIII

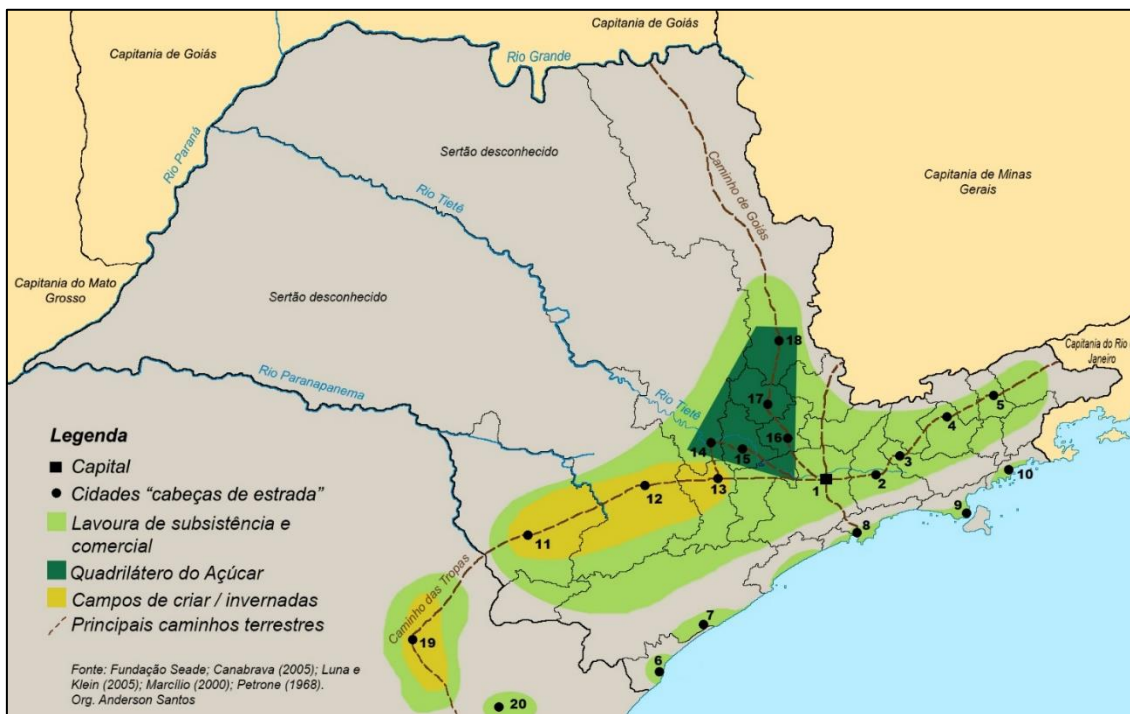
A busca dos administradores da Capitania pela diversificação e expansão das atividades agrícolas, de acordo com as novas políticas metropolitanas, foi seguida por uma conjuntura internacional favorável, principalmente para o açúcar, permitindo a

⁵ Para Novais (2006), a colonização foi produto e momento da formação mundial capitalista, mas também seu fundamento, constituindo-se sob as determinações capitalistas. Assim, segundo o autor, a colonização portuguesa na América participou diretamente da assim chamada fase de acumulação primitiva do capital, permitindo a “[...] primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia europeia” (NOVAIS, 2006, p. 97). Esse seria, para Novais (2006), o sentido mais profundo da colonização: “Examinada, pois, nesse contexto, a colonização do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, instrumento da acumulação primitiva da época do capitalismo mercantil. [...] consonante com [o] processo histórico concreto de constituição do capitalismo e da sociedade burguesa. Completa-se, entretanto, a conotação do sentido profundo da colonização: comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno” (NOVAIS, 2006, p. 70).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

expansão da agricultura de exportação em São Paulo em fins do século XVIII (PETRONE, 1968). Segundo Alden (1997), as guerras de independência americana e os conflitos nas Antilhas restringiram o abastecimento do açúcar no mercado mundial, e concorreram para elevar seu preço. Na medida em que os principais competidores internacionais do açúcar foram suprimidos temporariamente, houve condições para a expansão canavieira em outras regiões da colônia, para além da região tradicional do Nordeste, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro (ALDEN, 1997). No início do século XIX, as áreas de agricultura de exportação viriam a se somar às regiões produtoras de gêneros e às regiões de pecuária, tornando o mapa da economia da Capitania mais complexo.

Figura 01. Capitania de São Paulo – Principais atividades econômicas (1800)



Principais cidades da Capitania: 1. São Paulo; 2. Mogi das Cruzes; 3. Jacareí; 4. Taubaté; 5. Guaratinguetá; 6. Cananéia; 7. Iguape; 8. Santos; 9. São Sebastião; 10. Ubatuba; 11. Itapeva; 12. Itapetininga; 13. Sorocaba; 14. Porto Feliz; 15. Itu; 16. Jundiaí; 17. Campinas; 18. Mogi Mirim; 19. Castro; 20. Curitiba.

No mapa, podemos observar as principais atividades econômicas da Capitania de São Paulo na virada para o século XIX, além de seus principais caminhos e cidades. Ao mesmo tempo, podemos observar no entorno das regiões efetivamente ocupadas grandes áreas pouco ou quase nada povoadas, os assim chamados *sertões desconhecidos*, espaços

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

caracterizados por Moraes (2011) como “fundos territoriais”, ou seja, terras reservadas “[...] para a expansão futura da ação colonizadora” (MORAES, 2011, p. 78)⁶. Destacamos ainda a grande mancha de economia de subsistência distribuindo-se pela maior parte do território, as regiões de criação localizadas ao sul e, no centro da Capitania, a região açucareira de agricultura comercial de exportação.

Segundo Petrone (1968), o chamado Quadrilátero do Açúcar foi a principal região produtora da agricultura de exportação da Capitania de meados do século XVIII até pelo menos os anos 1820, sendo, posteriormente, ultrapassada pela cafeicultura do Vale do Paraíba. Contudo, ainda segundo a autora, neste período a plantio da cana-de-açúcar estava disseminado pela Capitania. A autora observa que nas vilas do litoral norte e no Vale do Paraíba, e em outras regiões, produziu-se algum açúcar até fins do século XVIII, decaindo a produção dessas áreas ao longo das primeiras décadas do século XIX. No entanto, foi o chamado Quadrilátero do Açúcar a principal região produtora. Na lavoura comercial açucareira, cuja base era a grande propriedade, conjugavam-se a exploração em grande escala, a monocultura e o trabalho escravo, e buscava-se produzir para exportar (CANABRAVA, 2005). Segundo Moreira (2011), a paisagem da *plantation* de açúcar, marcada pela aparente monotonia das plantações, possuía um arranjo complexo:

O engenho é a referência econômica do arranjo. Localiza-se à beira do rio, junto ao porto fluvial, trazendo o canavial e as áreas de policultura para sua redondeza, a monocultura do dono do engenho na circunscrição imediata e a dos demais senhores na circunscrição mais distante⁷. Completam essa paisagem as instalações principais, os pastos naturais, com os animais usados no transporte e moagem de cana, além das instalações acessórias (oficinas, estrebaria etc.), olarias (igualmente situadas nos terrenos argilosos e voltadas para fornecer telhas, tijolos, cerâmicas, utensílios domésticos e peças de purgação do açúcar no engenho), pastagens de animais de corte e leite, vias de circulação e reservas de matas, alargando o arranjo num amplo espectro de concentricidade ao engenho. Mas é a casa-grande o centro social desse arranjo. Ampla, alpendrada e situada num ponto estratégico da panorâmica do vale entre os prédios do engenho, da capela e da senzala, além de demais instalações, e acima do extenso canavial, é ela a *panopticon* de onde o senhor espreita todo seu domínio (MOREIRA, 2011, p. 47-48).

⁶ Isto posto, em princípios do século XIX, os sertões da Capitania, como fundos territoriais (MORAES 2011), eram espaços que, ainda que não colonizados, estavam já valorizados, isto é, “[...] estavam postos sob a forma de sociabilidade capitalista, em que a Natureza não se apresenta numa forma estritamente natural, mas sim sob a forma social de reserva de valor, de reserva de renda fundiária” (SANTOS, no prelo).

⁷ Segundo Petrone (1968), dentro do espaço da monocultura do açúcar paulista, era possível encontrar senhores proprietários de engenho e senhores sem engenho, sobre os quais os primeiros cobravam pagamento pelos serviços de moagem. De acordo com dados de Moreira (2011), os senhores proprietários de engenho cobravam “[...] de 50% a 60% dos lavradores de partido, na forma de pães de açúcar, como pagamento dos serviços de moagem” (MOREIRA, 2011, p. 49).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Segundo Luna e Klein (2005), Dean (1977) e Moreira (2011), os engenhos de açúcar paulistas eram investimentos de capital onerosos, principalmente em função dos custos elevados implicados na compra de escravos⁸. Contraditoriamente, como observam Gorender (2016) e Dean (1977), na lavoura comercial açucareira a ampliação dos lucros dos fazendeiros dependia essencialmente da ampliação do número de cativos, a mão-de-obra responsável pelo plantio e colheita da cana e pelo fabrico do açúcar. Isso significa que de um ciclo de rotação do capital açucareiro para outro a ampliação da acumulação do capital dependia do aumento do número de escravos utilizados no sistema produtivo. Ao mesmo tempo, dado o baixo desenvolvimento das forças produtivas vigente no campo, onde a enxada e o braço escravo eram os principais instrumentos de trabalho, seria fundamental ainda a expansão da área plantada com cana, ampliando o volume produzido para exportação. Nesses engenhos, a adoção de trabalhadores complementares assalariados, como agregados e outros trabalhadores livres, também era comum, principalmente nas atividades de supervisão do trabalho cativo (PETRONE, 1968).

Analisando a lavoura comercial açucareira da Capitania, Dean (1977) e Petrone (1968) assinalaram que só se mantinham lucrativos os engenhos que possuíam grande quantidade de escravos, além de um grande volume de cana para moer. Ressaltam, ainda, que os engenhos paulistas significavam grande empate de capital na figura da força-de-trabalha escrava e, conseqüentemente, endividamento dos fazendeiros com os comerciantes de cativos. Ademais, para a realização do sistema produtivo, concorria a apropriação privada da terra na forma dos grandes latifúndios, através da doação de sesmarias pela administração colonial ou da realização de apossamentos. Assim, na Capitania, o açúcar de exportação era produzido somente nas fazendas onde se concentravam grande quantidade de escravos e terras. Por outro lado, somente as

⁸ Nos engenhos de açúcar do Oeste Paulista, o escravo era investimento antecipado em relação à produção. Assim, para o fazendeiro do açúcar, a compra do cativo representava, por um lado, dispêndio de capital pago aos traficantes e comerciantes de escravos; por outro, significava capital que se tornaria cativo, imobilizado. Nesse sentido, a mais-valia extraída da exploração da mão-de-obra escrava constituía uma espécie de renda, a qual pertenceria ao fazendeiro na medida em que ele imobilizou parte de seu capital na compra da mercadoria escravo. Para o fazendeiro do açúcar, a escravaria tinha duas funções: empregando-a nos processos produtivos das fazendas, esperava alcançar a rentabilidade desejada para pagar seus investimentos e custos cotidianos e, ademais, acumular capitais; nos momentos de crise, poderia recorrer à venda desta mercadoria para sair das dificuldades econômicas; ou mesmo, poderia penhorar alguns de seus escravos nos momentos em que o acesso aos empréstimos fosse necessário, obtendo, assim, o capital de custeio para o pagamento de suas dívidas ou para a expansão das forças produtivas das fazendas (GORENDER, 2016; MARTINS, 2010).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

unidades produtoras de grandes volumes de açúcar eram capazes de realizar os investimentos necessários para o funcionamento de um engenho. Logo, por serem essas unidades mais produtivas, com maior extração de mais-valor, foram nelas onde se ampliaram os plantéis de escravos; com a expansão da agricultura de exportação na Capitania, ocorreu, ao longo do século XIX, concentração da escravaria nas maiores unidades produtivas (LUNA; KLEIN, 2005).

A compra de escravos impunha ao fazendeiro do açúcar da Capitania dispêndios excepcionais que dificultavam os investimentos no desenvolvimento das forças produtivas de suas propriedades. O restante do capital acumulado através da exportação de produtos para a metrópole era utilizado para de lá importar produtos tais como ferro, sal, pólvora e tecidos, e para a compra de produtos básicos de consumo não produzidos nas fazendas, além de ser usado no pagamento de empréstimos, de impostos, do transporte da produção e demais obrigações. Atrrelados aos gatos com a compra de cativos, esses custos que incidiam sobre os fazendeiros do açúcar concorriam para a apropriação de grandes frações de seus lucros. Considerando a expropriação intensa do mais-valor produzido na agricultura da colônia em favor da economia da metrópole (NOVAIS, 2006), os custos elevados dos fazendeiros com a compra de cativos e os custos que incidiam sobre seus lucros (PETRONE, 1968; DEAN, 1977), podemos dizer que a forma possível de desenvolvimento das atividades da lavoura comercial açucareira paulista seria aquela em que ocorresse o aproveitamento máximo dos fatores produtivos disponíveis, ou seja, a terra deveria ser barata e/ou disponível para apropriação livre. Disto deriva em parte a concorrência por frações de terra protagonizada pela elite da Capitania de São Paulo, particularmente por fazendeiros da região do Quadrilátero do Açúcar, e que marca a ocupação das porções do interior paulista na primeira metade do século XIX, levando à ocupação de outras regiões, como os Sertões de Araraquara e o Sertão do Rio Pardo (SANTOS, 2020; TRUZZI; FOLLIS, 2012; BACELLAR; BRIOSCHI, 1999).

Em São Paulo, ao lado da grande lavoura comercial, sustentando-a, aparecia a agricultura de subsistência ou policultura, voltada para o mercado interno. No interior da grande fazenda açucareira, a realização de atividades complementares, como o plantio de gêneros (milho, feijão e arroz) ou a pecuária, tinham o objetivo de dar suporte à produção principal, reduzindo custos externos à lavoura comercial. Assim, os plantios visavam

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

alimentar os animais e a escravaria e garantir o consumo das famílias (PRADO JR, 2000). Nesse contexto, na medida em que os custos produtivos do açúcar eram elevados e seus lucros expropriados, a classe senhorial buscava elevar o rendimento de suas lavouras através da transferência desses custos para o tempo de trabalho dos escravos. Segundo Moreira (2011), no interior da fazenda açucareira o setor de subsistência teria a função de baixar o custo da reprodução da força de trabalho escrava. O senhor de engenho buscava “[...] abastecer-se com a pequena lavoura dominial, a policultura praticada pelo escravo e pelo agregado nas fronteiras internas da fazenda nos dias de domingo e feriado” (MOREIRA, 2011, p. 49), transferindo para essa lavoura os custos da produção do sobretrabalho escravo.

No entanto, devido aos custos elevados para a abertura de um engenho de açúcar, fazendeiros e sitiantes que não possuíam condições de investir grandes montantes de capitais na compra de cativos direcionavam-se frequentemente para outras atividades, como a pecuária, a criação de animais (principalmente porcos) e a produção de gêneros (milho, arroz e feijão), menos exigentes no emprego de força de trabalho escrava (LUNA; KLEIN, 2005). A esse respeito, Moreira (2011) também observa que os investimentos de capital eram elevados na plantation do açúcar, fato que tornaria a atividade restrita a pequena parte dos senhores de escravos. Deste modo,

[...] embora o montante das despesas correntes (gastos com salários e meios de subsistência dos escravos) seja baixo, o das inversões fixas (madeira, bois, cavalos, metais, escravos, barcos etc.) e gastos de reposição (atividades de remuneração da capacidade produtiva do engenho) é muito elevado, somando um volume nem sempre acessível a todos os senhores de escravos (MOREIRA, 2011, p. 48).

Realizadas nas áreas marginais à grande lavoura, essas atividades foram essenciais à grande agricultura de exportação, pois, quando necessário, forneciam a ela os produtos necessários à reprodução dos sujeitos e os animais para transporte de sua produção. A agricultura de subsistência englobava as atividades agrícolas policultoras voltadas para os mercados locais e regionais, como o cultivo de gêneros de consumo (arroz, feijão, batata, mandioca, milho etc.). Segundo Canabrava (2005, p. 206), “[...] a lavoura de subsistência, orientada para o mercado interno, ocupava, em geral, áreas de pequena extensão”, onde não se utilizava ou utilizavam-se poucos escravos e assalariados, de modo que o trabalho era realizado em grande parte pelo próprio ocupante ou proprietário e sua família. Esta lavoura, aparentemente independente, produtora de meios de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

subsistência, estava, de fato, posta à margem da grande exploração agroexportadora açucareira, fornecendo a ela, quando necessário, os gêneros de consumos para senhores de engenho, trabalhadores e escravos. Para Moreira (2011), era sobretudo na época da safra do açúcar, quando o trabalho de colheita e moagem da cana levava o senhorio a mobilizar toda a força de trabalho escrava que possuía para a grande lavoura, que a importância da policultura reaparecia. Este momento representava um período de

[...] carestia para as cidades, que também nela [nas lavouras de subsistência] se abastecem. Mas também em que a função colonial da policultura e da fazenda de gado mostra toda sua grande importância, de um lado por cobrir as necessidades de subsistência da plantation e de outro, as demandas das cidades. E quanto o papel do binômio monocultura-policultura se revela central no funcionamento sistêmico da colônia (MOREIRA, 2011, p. 49).

Além da atividade agrícola de subsistência para abastecimento do comércio local e regional, existia ainda na Capitania outra categoria de agricultura que Canabrava (2005) denominou de “auto-subsistência familiar”, praticada em “sítios volantes”. Segundo Canabrava (2005), na segunda metade do século XVIII, cerca de 50% da população da Capitania praticava esta forma de agricultura. Essa parcela da população paulista, muito numerosa, vivia

[...] dispersa de modo irregular, em áreas imensas, deslocando-se continuamente pelas florestas virgens, sem bens de raiz e, de modo geral, “sem móvel que perder”. Junto ao morro os homens constroem sua casa de barro, coberta de palha ou de folhas, e aí vivem com sua família. Como bens dispõem de um cachimbo, uma espingarda para caçar e duas redes, uma na qual dormem, outra com qual praticam a pesca. Há os que só possuem as redes. Na clareira que abrem na mata, plantam algumas bananeiras, semeiam um pouco de milho, lançando os grãos a mão, na superfície da terra, sobre as cinzas da queimada, que se ateia logo após o abate das árvores. De ordinário permanecem no local apenas cerca de um ano, o quanto duram as operações de desflorestar, semear e colher. Vestem-se às vezes com uma camisa de algodão; outros possuem apenas um calção de peles, ou um pedaço de tecido no qual se envolvem ao modo de tanga. “Como os rios e o mato fornecem mantimento a pouco custo e o calor do país escusa o vestido”, comentava o morgado de Mateus, “vive a maior parte das gentes vadiando, sem emprego, sem ocupação, na liberdade, na ociosidade e na miséria...”, “sem rendas nem bens de raiz, sempre mendigos pelo mato, sem nunca possuírem fazenda sólida”. Tais são os chamados “sítios volantes”, sobre os quais constam numerosas referências do governador da capitania. Em sua grande maioria, os paulistas dos “sítios volantes” provavelmente integravam os contingentes de população sem riqueza, as famílias sobre as quais os recenseamentos consignaram que “nada possuem”, ou as de mais baixo nível de valor quanto a seus haveres (CANABRAVA, 2005, p. 177-178).

Trata-se, portanto, de uma forma de agricultura voltada para o consumo estrito do grupo familiar e praticada nas regiões mais distantes dos núcleos populacionais. Ela se distingue das agriculturas de subsistência para abastecimento dos pequenos centros de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

população da Capitania e da grande agricultura de exportação na medida em que, em função de seus baixos níveis de produtividade do trabalho não constituírem excedentes, não se direcionava para o mercado. No entanto, a quase ausência da mediação monetária não significa que estes sítios estavam isolados do mercado capitalista ou que não se determinavam pelas relações capitalistas de produção. Devemos lembrar, como observa Canabrava (2005), que a própria noção de riqueza, ao longo do período colonial, estava substanciada pela propriedade privada da mão-de-obra escrava, o que significa que era a ausência da posse desta forma de propriedade que determinava a estes sujeitos seus níveis baixos de riqueza, ou seja, no universo do tempo social médio de trabalho da colônia, era o trabalho escravo que determinava o nível de produtividade social, de modo que as outras formas de trabalho estavam referenciadas pelo trabalho escravo nas trocas comerciais.

As contradições do setor agroexportador impunham, paralelamente à expansão da propriedade privada da terra, a expansão, em outras regiões, de atividades subsidiárias. Atividades que auxiliariam a reprodução da atividade agroexportadora, cumprindo o sentido da colonização de que fala Caio Prado Jr. (2000). Nesse contexto, a pecuária e a agricultura de subsistência possuíam um papel preponderante para a ocupação dos sertões de São Paulo, fundamentando a ocupação produtiva da terra. Como atividades complementares, de abastecimento, a criação de animais e a pequena agricultura constituíram os principais elementos de interiorização do povoamento dos sertões da Capitania. Da expansão da atividade criadora resultou o povoamento de grande parte dos sertões desconhecidos de São Paulo, entre eles os Sertões do Rio Pardo e os Sertões de Araraquara, que, a partir de fins do século XVIII, perdiam suas características de resistência à medida em que o gado penetrava.

A expansão da agricultura de exportação no centro da Capitania e o impulsionar da criação de gado para os sertões desconhecidos, implicaram no amansamento das terras ocupadas pelos povos indígenas. Deste modo, a ocupação do solo, segundo a racionalidade metropolitana, realizar-se-ia através da sua conquista, o que significava tanto o dizimar, quanto o escravizar enormes contingentes indígenas. Tal guerra perpetrada contra os indígenas localizados em terras paulistas evidencia, uma vez mais, a busca por ampliar o território colonial ocupado pela lógica econômica mercantil, para o qual seria necessária ademais a efetivação da forma da propriedade privada da terra e a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

supressão das formas tribais de acesso ao solo. Num primeiro momento, para mobilizar a terra, foi necessário conquistá-la, amansá-la. Posteriormente, as atividades econômicas, associada à doação de sesmarias e aos métodos de grilagem, possibilitaram o apossamento de amplas áreas dos sertões e estabeleceram a ocupação produtiva dos solos.

No início do século XIX, ao sul da Capitania, apareciam as áreas dos campos de criar, voltadas para a criação e engorda de animais; animais que serviriam para transporte e para consumo da carne e do leite pelos mercados locais e regionais. Segundo Straforini (2001), grande parte dos muares, do gado vacum e dos cavalares provenientes do sul da colônia, da Capitania do Rio Grande de São Pedro, permaneciam nas invernadas da região sul de São Paulo durante alguns meses para engorda antes de serem levados às feiras de Sorocaba para serem comercializados (STRAFORINI, 2001). Ademais, segundo Canabrava (2005), a pecuária praticada em São Paulo caracterizava-se pelo uso de superfícies de grandes extensões, associadas a restrito número de escravos ou de homens livres como força-de-trabalho. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Jr. (2000) atentou para a importância da pecuária na ocupação dos sertões da Colônia, na medida em que sua produção extensiva, realizada com o gado solto e utilizando relativamente menor quantidade de força-de-trabalho escrava, permitia a ocupação de vastas áreas, efetivando a formação da propriedade privada da terra na forma do latifúndio. Do mesmo modo, na Capitania de São Paulo, será a pecuária a responsável pela ocupação das áreas que até o início do século XIX encontravam-se marginais às regiões econômicas mais dinâmicas, como indicamos anteriormente.

Como vemos, de diversas formas a economia da Capitania na primeira metade do século XIX estava referenciada pelo comércio de exportação. A importância desta atividade deriva, como sabemos, do próprio sentido posto na colonização, isto é, voltada para o exterior, permitindo a primitiva acumulação de capitais nos quadros da economia europeia (NOVAIS, 2006). O movimento principal do comércio colonial era constituído, segundo Prado Jr. (2000), pelas mercadorias que se destinavam à exportação e por aquelas que provinham da importação. Na Capitania, em princípios do século XIX, as matérias-primas de exportação circulavam do local de produção, particularmente do Quadrilátero do Açúcar, para a metrópole, passando pelos portos de embarque e casas exportadoras; já as mercadorias importadas (vinhos, azeite, sal, metais como o ferro, louças, utensílios,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

manufaturas etc.) e os escravos, provenientes da metrópole e da costa da África, distribuía-se a partir desses portos para o resto do território. Ao redor da grande corrente comercial agroexportadora dispunham-se os setores acessórios, cuja função principal era a de sustentar a reprodução da economia agroexportadora, tal como o comércio dos gêneros de subsistência e a pecuária (PRADO JR., 2000).

Segundo Canabrava (2005), as grandes rotas comerciais da Capitania de São Paulo em princípios do século XIX podiam ser divididas em dois tipos: (a) uma rota sul-norte, interna, dos negócios do gado, dos muares e dos cavaleiros, que provinham das regiões ao sul da Capitania e do Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) através do chamado Caminho das Tropas, para serem comercializados em Sorocaba, e dali distribuídos para outras regiões da Colônia; (b) uma rota leste-oeste, de circulação das mercadorias direcionadas à exportação e daquelas que vinham do estrangeiro para serem distribuídas pela Colônia; partindo do litoral, principalmente do porto de Santos, e indo em direção ao interior, ou partindo do interior, dos sertões, em direção ao litoral, envolvendo caminhos como o Caminho de Goyás, o Caminho Real e o Caminho das Monções, essa rota permitia a realização das matérias-primas produzidas nas regiões do interior da Capitania nos mercados mundiais, ao mesmo tempo em que constituía o elo para a distribuição das mercadorias provenientes da Metrópole. Para cobrir as longas distâncias entre o litoral e a hinterlândia, utilizava-se como principal meio de transporte o muar, responsável por sustentar o sistema de cargas nas grandes vias terrestres da colônia (PRADO JR., 2000; CANRABRAVA, 2005). De forma geral, o papel das tropas de muares na formação do espaço agrário paulista se confunde com a expansão do gado, de modo que “[...] o arranjo espacial de trilhas e povoados sedimentado pelo gado vai ter seu reforço no movimento de tropas e tropeiros” (MOREIRA, 2011, p. 66). Também de fundamental importância foi o comércio monçoneiro, via Rio Tietê, que buscava abastecer as regiões localizadas no sertão ocidental (HOLANDA, 2014)⁹.

⁹ Ainda em relação ao comércio, Moreira (2011) destaca a função essencial da “rede mascateira” para o abastecimento das cidades paulistas ao longo do período colonial. Diz o autor: “Esse percurso de grandes fluxos [as trilhas de tropeiros e gado] se completa no trabalho miúdo e múltiplo do mascate, o mercador ambulante, nômade e individual que percorre cidades, povoados e fazendas do litoral e interior oferecendo suas mercadorias de pequeno porte e requinte. É um comércio andejo cujo alimento é o povoamento disperso da colônia, a quase absoluta autarcia das fazendas, o pequeno tamanho do mercado das cidades, pouco propício à instauração de um comércio fixo de maior porte” (MOREIRA, 2011, p. 68).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Segundo Canabrava (2005), na convergência ou no eixo das grandes vias de circulação terrestre da Capitania encontravam-se as cidades “cabeças de estrada”, como Itu, Sorocaba, Mogi Mirim, Taubaté, entre outras, “[...] locais de pouso, centros de provisão de negócios, com a função de pequenos mercados regionais ou de sua área, de maior ou menor amplitude” (CANABRAVA, 2005, p. 198). A mais importante delas, a capital, São Paulo, através de toda a história colonial, sempre ocupou “[...] o centro do sistema de comunicações do planalto. Todos os caminhos, fluviais e terrestres que cortam o território paulista vão dar nele e nele se articulam. O contato entre as diferentes regiões povoadas e colonizadas se faz necessariamente pela capital” (PRADO JR., 1975, p. 104). A existência de rotas e caminhos cruzando o território da Capitania implicava ainda na existência de um sistema de centros de reabastecimento, as chamadas vendas, e de pousos e ranchos para descanso das tropas, que estimulavam a prestação de serviços, além de permitirem o comércio da produção local, como o milho para a alimentação dos animais de transporte (CANABRAVA, 2005). Assim, ainda que os caminhos entre os portos e as principais cidades do interior da Capitania muitas vezes parecessem cruzar áreas não povoadas, é necessário considerarmos que nas bordas destas vias de comunicação era comum serem construídas essas instalações, erguidas e mantidas pelos próprios fazendeiros e sitiantes marginais às estradas (PRADO JR, 2000; CANABRAVA, 2005). A respeito desses pousos, Pierre Deffontaines (1944) observa que, no período colonial, no traçado das estradas pela colônia eram previstas paradas para descanso dos tropeiros e alimentação dos animais; e também pousos para controle, fiscalização e recolhimento dos impostos da Coroa, os chamados *registros*. Ainda segundo o autor, não foram raros os casos em que, no entorno desses pousos, ocorreu o surgimento de pequenas aglomerações, as quais deram origem a vilas e cidades, como, por exemplo, o pouso e registro de Mogi Mirim, em São Paulo, no Caminho de Goiás. Assim, em São Paulo, antes mesmo das primeiras fazendas, muitas vezes os pousos nas estradas constituíram os primeiros centros de povoamento de uma região (DEFFONTAINES, 1944).

Considerações finais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Como vimos, ao longo do período colonial, a renda da terra produzida através de relações de produção escravistas era expropriada pela metrópole através do mecanismo do exclusivo metropolitano, e acumulava-se no exterior, ou seja, se realizava no exterior, dificultando ou mesmo impossibilitando a acumulação primitiva periférica de capital, assim como o aprofundamento da divisão social do trabalho na Colônia. Em fins do século XVIII, no contexto da crise da agricultura de exportação e do esgotamento das minas e para fazer frente à intensa expropriação a que estava sujeitado com as trocas com a Inglaterra, a expansão das atividades agroexportadoras na Colônia, baseadas na violência do cativo, se tornaria imperativa para a reprodução do Reino como um todo, haja visto que o agrário se constituía na principal fonte de produção de mais-valor. Vimos que a partir de fins do século XVIII, respondendo às novas políticas da administração colonial, os governantes da capitania de São Paulo desenvolveram ações visando expandir a ocupação de terras para Portugal, principalmente mediante a abertura de estradas e picadas, a doação de sesmarias e a fundação de vilas. Isto posto, a crise da agricultura de exportação levaria, contraditoriamente, à expansão das fronteiras do agrário em São Paulo, fundada em relações de produção não-especificamente capitalistas, denominadas por Marx (2013) como violências extraeconômicas, como a escravidão. Por fim, podemos dizer que, durante a primeira metade do século XIX, as regiões econômicas da Capitania de São Paulo continuariam a cumprir suas funções, como agroexportadoras, reafirmando o sentido da colonização indicada por Prado Jr (2000) e o sentido mais profundo da colonização proposto por Novais (2006): produção e exportação de gêneros agrícolas, permitindo o acúmulo de capitais nas economias centrais do capitalismo.

REFERÊNCIAS:

- ALENCASTRO, Luiz F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALFREDO, Anselmo. *Índio, questão de majestade. A problemática indígena e a contradição agrária urbana na ocupação produtiva do Planalto Paulista no século XVIII*. Doutorado. FFLCH-USP. São Paulo, 2004.
- ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina Vol. II*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- BACELLAR, Carlos A.; BRIOSCHI, Lucila R. (org.). *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2009.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: HUCITEC/UNESP/ABPHE, 2005.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura: 1820-1920*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 14. 1944.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, vol. 01. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Monções e Capítulos de Expansão Paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.
- LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000.
- MARTINS, José de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital*. Trad. De Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MELLO, João M. C. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas-SP: FACAMP, 2009.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MORAES, Antônio C. R. *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011.
- MOREIRA, Ruy. *Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação*. São Paulo: Contexto, 2011.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- NOZOE, Nelson Hideiki. *A apropriação de terras rurais na capitania de São Paulo*. Tese (Livre docência), Departamento de Economia, FEA/USP. São Paulo, 2008.
- PETRONE, Maria Theresa Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.
- SANTOS, Anderson P. A expansão das fronteiras do agrário paulista na primeira metade do século XIX: terra, trabalho e capital na ocupação dos Sertões de Araraquara. In: *Anais da II Jornada de História Agrária - As cores e o sangue: memórias e resistências no Brasil rural*. FFCH-UFB. No prelo.
- SILVA, Raul A. São Paulo nos tempos coloniais. In: *Revista de História*, v. 10 n. 21-22, São Paulo, 1955.
- STRAFORINI, Rafael. *No caminho das tropas*. Sorocaba: TCM Comunicações, 2001.
- TRUZZI, Oswaldo; FOLLIS, F. *A ocupação dos sertões de Araraquara: das Sesmarias e Apossamentos à Lei de terras de 1850*. São Carlos: Edufscar, 2012.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec/EDUSP, 1990.

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**